

CEL CAV CARLOS ROBERTO MARTINS

TEMA: POSSIBILIDADES E REFLEXOS DE UMA INTEGRAÇÃO MILITAR REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL.

TÍTULO: A INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL E SEUS REFLEXOS PARA A SEGURANÇA REGIONAL.

Rio de Janeiro

Marinha do Brasil
Escola de Guerra Naval

2006

“C-PEM 2006”

POSSIBILIDADES E REFLEXOS DE UMA
INTEGRAÇÃO MILITAR REGIONAL NA AMÉRICA DO
SUL: A integração das Forças Armadas dos países do
Mercosul e seus reflexos para a segurança regional.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval
como requisito de conclusão do Curso de Política e
Estratégia Marítimas (C-PEM 2006).

Orientador: CMG (RM 1 - FN) José Cláudio da
Costa Oliveira

Rio de Janeiro

Marinha do Brasil
Escola de Guerra Naval

2006

MARTINS, Carlos Roberto. A integração das Forças Armadas dos países do Mercosul e seus reflexos para a segurança regional. EGN: 2006. Monografia.

RESUMO

A integração das Forças Armadas dos países do Mercosul e seus reflexos para a segurança regional é a tônica deste trabalho. A presente monografia destaca, inicialmente, o Mercosul, seus antecedentes, situação atual, aspectos geopolíticos, principais contenciosos, que estão ocorrendo e que podem comprometer a integração regional, e seus possíveis desdobramentos. Na fase seguinte, são apresentadas idéias sobre segurança regional, seus conceitos e definições, destacando os dois modelos mais importantes, a segurança cooperativa e a coletiva, inserindo-se nesse contexto uma abordagem sobre a aliança de segurança européia, a União da Europa Ocidental. A próxima etapa versa sobre as considerações políticas que envolvem o tema, sua fundamentação na legislação brasileira e uma visão geral da política externa brasileira e dos demais países membros do Mercosul, sobre o assunto. Em prosseguimento, será abordado, especificamente, o processo de integração das Forças Armadas dos países do Mercosul e suas possíveis tendências. Posteriormente, serão apresentados os reflexos positivos dessa integração militar para a segurança da América do Sul, apontando as possíveis áreas de atuação de forças multinacionais do Mercosul, para a solução das ameaças comuns ao continente. Na conclusão, serão destacados a integração militar já existente e os reflexos positivos dessa integração para a paz e segurança regionais, apontando para os possíveis rumos a serem seguidos.

Palavras-chave: Mercosul; segurança regional; integração militar; forças armadas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	O MERCOSUL	6
2.1	Antecedentes	6
2.2	Situação Atual	8
2.3	Aspectos Geopolíticos	9
2.4	Principais Contenciosos	11
2.5	Possíveis Desdobramentos	13
3	SEGURANÇA REGIONAL	15
3.1	Considerações Iniciais	15
3.2	Segurança Coletiva	17
3.3	Segurança Cooperativa	18
3.4	União da Europa Ocidental	20
4	CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS	23
4.1	Política Externa Brasileira	23
4.2	Fundamentos Legais	24
4.3	Política de Defesa Nacional – PDN	25
4.4	Visão Externa	26
5	PROCESSO DE INTEGRAÇÃO MILITAR	28
5.1	Antecedentes	28
5.2	Desenvolvimento	29
5.3	Situação Atual	31
5.4	Tendências Futuras	32
6	REFLEXOS PARA A SEGURANÇA REGIONAL	34
6.1	Conjuntura Sul-Americana	34
6.2	Ameaças Comuns	36
6.3	Possíveis Áreas de Atuação	38
6.4	Reflexos	39
7	CONCLUSÃO	42
8	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

“Os Estados dedicam pensamento e planejamento consideráveis para assuntos econômicos, particularmente para o comércio, mas pouco tem sido dedicado à necessidade de cooperação em termos de segurança, que surge em função das outras áreas de integração” (NUÑES, 2003, p. 57).

Após o término da Guerra Fria e com o fim da bipolaridade do poder mundial, a grande maioria dos países passou a viver um novo problema – a indefinição sobre as ameaças que afetam ou que possam vir a afetar a segurança dos mesmos –, fato que contribui para dificultar o estabelecimento das forças de defesa a serem constituídas e suas respectivas missões.

No campo econômico, observou-se a proliferação de alianças regionais, com o intuito de facilitar a inserção dos países no mercado internacional. Dessa forma, ganham importância, dentre outras, a União Européia, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Paralelamente à integração econômica, os países visualizam a hipótese de uma integração mais ampla, incluindo a militar. Novos conceitos de segurança passam a ser discutidos e são definidas as novas ameaças. Dá-se início a um período de intervenções internacionais ou regionais, enfatizando-se a idéia de ação em conjunto, com forças armadas de diversos países.

O Mercosul, reunindo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, como membros efetivos, foi criado em 1991, tendo por finalidade a integração econômica desses países. Com o decorrer do tempo, de forma praticamente espontânea, passou a ocorrer a integração nas demais expressões do poder¹. Em razão de sua importância política e econômica para a América do Sul, o bloco assumiu um papel preponderante nos principais acontecimentos que envolvem o continente como um todo.

Recentemente, foi aprovado o ingresso da Venezuela, como membro efetivo, fato que passa a ser concretizado em termos práticos e que deve trazer algumas mudanças no futuro.

Decorridos quinze anos desde sua criação, o Mercosul experimentou inúmeros avanços. Porém, nos últimos anos, passou a conviver com algumas crises, que podem colocar em risco os avanços já alcançados, ocorrendo, inclusive, a ameaça de saída de membros efetivos.

Apesar de ser identificado prioritariamente como um projeto de integração econômica, o Mercosul tem na sua vertente militar um importante segmento, em razão de seus reflexos para a segurança regional e, até mesmo, pela possibilidade de influenciar na solução das atuais crises.

¹ De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG), as expressões do poder nacional são a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (2006, p. 34).

Inicialmente, serão apresentadas algumas idéias sobre o Mercosul, destacando-se os principais acontecimentos que lhe antecederam e que conduziram à sua criação, a situação atual, aspectos geopolíticos, contenciosos existentes e seus possíveis desdobramentos.

Posteriormente, serão abordadas considerações sobre segurança regional, seus conceitos e definições e os dois modelos julgados mais significativos, a segurança cooperativa e a coletiva, inserindo-se, nesse contexto, a União da Europa Ocidental.

Em prosseguimento, serão apresentadas considerações políticas sobre a integração militar regional, sua fundamentação na legislação brasileira e uma visão geral da política externa brasileira e dos demais membros efetivos do Mercosul, sobre o assunto.

Na próxima fase, será analisado o processo de integração das Forças Armadas do Mercosul, desde seus antecedentes até a situação atual, procurando estabelecer-se uma visão de suas tendências futuras.

Na etapa seguinte, serão identificados os reflexos da integração militar para a segurança regional. Para isso, será realizada uma avaliação da conjuntura sul-americana, identificando-se as ameaças comuns e possíveis áreas de atuação de forças regionais.

Ao final, pretende-se estabelecer as dimensões da integração militar a ser atingida pelos países do Mercosul e uma visão dos efeitos que podem advir dessa integração para a segurança regional.

Para a sua realização foram consultadas publicações nacionais e estrangeiras, incluindo entre elas monografias, regulamentos e revistas militares, livros e a mídia, particularmente dos países que compõem o bloco. Além das mesmas, serviram de fontes de consulta várias palestras e aulas assistidas durante a realização do Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM 2006).

A abordagem temporal das pesquisas está balizada até o dia 17 de julho de 2006.

2 O MERCOSUL

“A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida [...] Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um dos seus membros [...] O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político”. (Luiz Inácio Lula da Silva, trecho do discurso de posse, no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2003) (BRASIL, 2003).

2.1 Antecedentes

“La integración americana es un anhelo que acompaña a nuestros pueblos desde su nacimiento, es parte constitutiva del pensamiento de los libertadores y una constante en la política continental, preexistente aún al surgimiento de la UN” (BALZA, 1993).²

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, entre Portugal e Espanha, dividiu a América do Sul em duas partes, estabelecendo a oeste a colonização espanhola e a leste, a portuguesa. Esses dois países estavam permanentemente em luta na Europa e ocorreu, exatamente na Bacia do Prata, o encontro das duas colonizações, com seus conflitos decorrentes.

A independência dos países sul-americanos, ocorrida na primeira metade do século XIX, não alterou essa situação. Os dois maiores países, Brasil e Argentina, protagonizaram o maior número de conflitos, cuja principal consequência foi a independência do Uruguai, em 1828, constituindo-se em um Estado-tampão³, entre ambos.

Desde então, o Império Brasileiro adotou a política de preservar o *status quo* vigente (CARVALHO, 2006), não interferindo e não permitindo interferências da Argentina. Em 1852, opondo-se ao presidente da Confederação Argentina, Don Juan Manuel de Rosas, que estava interferindo na política interna uruguaia, o Império aliou-se aos governadores das províncias argentinas de Entre Rios e de Corrientes, derrotando o Ditador Rosas, na Batalha de Caseros, próximo à cidade de Buenos Aires. Essa foi a primeira experiência de integração regional vivida pelo Brasil, na área do atual Mercosul.

² A integração americana é um desejo que acompanha nossos povos desde seu nascimento, é parte integrante do pensamento dos libertadores e uma constante na política continental, preexistente ao surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU)” (tradução do autor).

³ Estado ou país localizado entre dois países antagônicos ou rivais na sua política expansionista (FERREIRA, 1986, p. 714).

A segunda, foi na Guerra da Tríplice Aliança, onde estiveram juntos Brasil, Argentina e Uruguai, em oposição ao Paraguai. Essa guerra deu oportunidade à aproximação de três dos atuais membros do Mercosul. O inimigo à época veio a se constituir no quarto membro.

Em 1882, o então presidente da Argentina, Julio Argentino Roca, determinou a seu embaixador no Rio de Janeiro, Jacinto Villegas, em um documento absolutamente reservado⁴, a busca de uma aproximação mais efetiva com o Império do Brasil, enfatizando as relações econômicas e comerciais. Nesse sentido, segundo o analista político argentino, Rosendo Fraga, é aqui onde aparece, há mais de um século, um antecedente do Mercosul:

"Tem que se tratar igualmente de celebrar uma convenção aduaneira entre a República, o Império, a República Oriental e o Paraguai, com objetivo de impedir e castigar os contrabandos que se fazem. Com essa finalidade, o Sr. Ministro colocará todo seu empenho, demonstrando as conveniências recíprocas dessa medida e a importância que ela terá para estreitar os vínculos de amizade. Os quatro países, com os quais se propõe a convenção aduaneira, são exatamente os mesmos que, em março de 1991, firmam o Tratado de Assunção, que formaliza o Mercosul"⁵ (FRAGA, 2000).

Esse fato evidencia que a integração dos países da região tem raízes históricas, não se tratando de uma política circunstancial.

A eclosão da Guerra das Malvinas, em 1982, e a efetiva posição de apoio à Argentina, adotada pelo Brasil, marcou decisivamente o final de alguns ressentimentos ainda existentes, o que contribuiu de forma decisiva para a aproximação entre os dois países, que passou a ocorrer desde então (FONSECA, 1997, p. 18).

De acordo com o general Wellington⁶, a Ata de Iguazu, assinada entre o Brasil e a Argentina, em novembro de 1985, teve como propósito o incremento das relações comerciais, industriais e tecnológicas, com destaque para a área nuclear, constituindo-se no embrião do processo de integração que redundou no Tratado de Assunção (FONSECA, 1997, p. 18).

Em 1986, foi instituído o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), entre o Brasil e a Argentina, por meio da Ata de Buenos Aires, muito mais abrangente que a anterior. Em julho de 1990, Brasil e Argentina decidiram reformular o PICE, para um incremento no intercâmbio comercial. A esse esforço decidiram se unir Paraguai e Uruguai, dando origem, no ano seguinte, ao Mercosul.

2.2 Situação Atual

⁴ Provável classificação sigilosa adotada pelo governo argentino, à época (nota do autor).

⁵ Tradução do autor.

⁶ Atualmente é integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O Mercosul foi criado em 26 de março de 1991, pelo Tratado de Assunção, e, de acordo com Therezinha de Castro,

“Tratava-se de um acordo macro, isto é, não criava de imediato um mercado comum, onde há livre circulação de pessoas, bens e serviços, mas traçava os objetivos e fixava a metodologia de integração, estabelecendo alguns elementos contratuais, como o programa de liberação comercial, tendente à formação de uma zona de livre comércio e união aduaneira”(CASTRO, 1996, p. 12).

Tratava-se, portanto, de um elemento de caráter transitório, pois regulava apenas a primeira etapa de um processo de integração, que deveria ocorrer progressivamente.

Em dezembro de 1994, o Tratado de Assunção foi reafirmado pelo Protocolo de Ouro Preto, oportunidade em que os presidentes dos quatro países membros sancionaram as medidas que oficialmente estabeleciam a estrutura do Mercosul, colocando em vigor a união aduaneira. Pelo protocolo, ficaram estabelecidos o Conselho do Mercado Comum, composto por chanceleres e ministros da economia dos quatro países; Grupo Mercado Comum, que é o órgão executivo; Comissão de Comércio; Comissão Parlamentar Conjunta; Foro Consultivo, Econômico e Social e a Secretaria Administrativa. O Grupo Mercado Comum é constituído de subgrupos técnicos, com efetiva participação do setor privado.

O Mercosul reúne, como membros efetivos, desde sua criação: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Em 1996, o Chile foi incluído como membro associado e a Bolívia, em 1997. Em 2004, ano do décimo aniversário do Protocolo de Ouro Preto, foram incluídos, como membros associados: Peru, Venezuela, Colômbia e Equador, selando um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, o que passou a dar ao bloco econômico uma dimensão continental.

O último fato de destaque ocorrido versa sobre o que foi acordado entre os representantes dos países membros do Mercosul, nos dias 22 a 24 de maio de 2006, em Buenos Aires, Argentina, onde foi acertada a entrada da Venezuela como membro pleno do bloco, em um prazo máximo quatro anos (BATISTA, 2006). Os presidentes dos países membros assinaram o respectivo protocolo de adesão, em 4 julho do corrente, em Caracas, na Venezuela. Para a concretização plena dessa situação, é necessário que o mesmo seja homologado pelos respectivos Congressos Nacionais.

Para se ter uma idéia dos avanços alcançados na área econômica, por ocasião da criação do Mercosul, o comércio entre os países do bloco situava-se em torno de US\$ 5,1 bilhões⁷. Em 1997, atingiu a cifra de US\$ 20,7 bilhões⁸. Em 2002, teve um decréscimo, mantendo-se ao redor de US\$ 16,5 bilhões. Apesar disso, esses números representam um aumento médio de 250%.

⁷ http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/mercosul/texto.asp

⁸ http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/mercosul.xls

Por fim, é relevante destacar-se que, atualmente, 95% do comércio entre os países do Mercosul está livre de barreiras tarifárias. Os 5% restantes foram mantidos no sentido de proteger setores nacionais, que ainda não estavam preparados para a livre concorrência internacional.

A primeira etapa do processo evidencia, claramente, o enfoque econômico. Essa situação começou a mudar em 24 de julho de 1998, quando foi firmada, em Ushuaia, na Argentina, a Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile, como Zona de Paz (BRASIL, 2006)⁹. Nessa oportunidade, foram firmados “entendimentos” no sentido de fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação, relativos a assuntos de segurança e defesa¹⁰, que já haviam sido estabelecidos anteriormente entre seus membros. Além disso, definia que deveria ser promovida sua progressiva articulação.

Também é do Protocolo de Ushuaia o Compromisso Democrático do Mercosul, que, em seu artigo 1º, estabelece que "a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo". Pelo que foi estabelecido, os países envolvidos assumem o compromisso de preservar a democracia no âmbito do bloco. “Esse fato foi relevante para a solução da crise de 1999 no Paraguai, preservando as instituições democráticas no país” (BRASIL, 2006).

Essa situação dá ao bloco uma dimensão político-estratégica, criando condições para a integração dos países envolvidos, nas demais expressões do poder. Trata-se de uma aproximação progressiva, não-estabelecida inicialmente e que surge de forma, praticamente, espontânea, na medida em que as condições vão sendo criadas.

2.3 Aspectos Geopolíticos

O Mercosul reúne os países da Bacia do Prata, o mais importante pólo geopolítico do Atlântico Sul, os quais possuem suas áreas mais densamente povoadas interligadas pelos rios que compõem essa bacia hidrográfica e pelo Oceano Atlântico, grandes facilitadores do trânsito de mercadorias e de pessoas.

Conforme a professora Therezinha de Castro (1996, p. 8), o complexo hidrográfico da Bacia do Prata é o eixo vital de união entre os países do Mercosul e que também envolve a Bolívia. Essa Bacia abrange a terça parte do continente sul-americano, constituindo-se em uma sub-região geográfica, na qual Brasil e Argentina, de forma muito similar, possuem a maior parte.

⁹ <http://www.mre.gov.br>

¹⁰ Ver definição de segurança e defesa no capítulo 3, página 15.

As linhas de fronteira são bastante vivificadas, o que as transforma muito mais em fator de união do que de separação. Além disso, engloba os dois maiores países sul-americanos – Brasil e Argentina –, criando condições favoráveis para um intenso intercâmbio comercial entre ambos. Além dos fatores já evidenciados, ele abrange a área geográfica de ligação entre os dois anecúmenos sul-americanos – a Patagônia e a Amazônia –, áreas geopolíticas neutras, dotadas de expressivo poder latente¹¹, segundo Therezinha de Castro (1996, p. 9).

No que tange à conjuntura econômica, o Mercosul possui dimensões continentais. Com a entrada da Venezuela, sua superfície geográfica excede a uma área total de 12,7 milhões de quilômetros quadrados. Sua população ultrapassa os 250 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) total acumulado supera um trilhão de dólares, cerca de 75% do PIB sul-americano (BATISTA, 2006), o que coloca o bloco econômico entre as maiores economias do mundo.

A região é uma das principais reservas de recursos naturais da Terra. As reservas energéticas são gigantescas. O potencial agrícola é outro fator de destaque, estando entre os principais produtores de trigo, café, cacau, cítricos, arroz, soja, leite e gado bovino.

Além disso, possui a maior reserva de água doce do Planeta. Fato a ser evidenciado, levando-se em consideração o que destacou o Relatório de Avaliação Global das Águas Internacionais do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), onde cita que "a falta de água doce provavelmente causará um aumento dos danos ambientais, nos próximos quinze anos" (FALTA..., 2006).¹²

2.4 Principais Contenciosos

"Así como está, el Mercosur no sirve". De Tabaré Vázquez, presidente de Uruguay, en la cumbre de Asunción (19/4/2006), que compartió con los mandatarios Nicanor Duarte Frutos (Paraguay), Hugo Chávez (Venezuela) y Evo Morales (Bolivia)" (SEMINARIO, 2006).¹³

As principais crises que se sucederam ao longo dos quinze anos de existência do Mercosul foram ligadas, basicamente, a aspectos econômicos, motivadas, normalmente, pela

¹¹ Está se referindo a algo que ainda não se manifestou, permanecendo oculto (nota do autor).

¹² <http://www.terra.com.br>

¹³ Assim como está, o Mercosul não serve". Tabaré Vázquez, presidente do Uruguai, na reunião de Assunção (19/4/2006), que compartilhou com os mandatários Nicanor Duarte Frutos (Paraguai), Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia)"(tradução do autor).

defasagem de preços, o que acarretava a perda de competitividade de alguns setores, os quais passavam a pressionar seus governos, no sentido de imporem barreiras protecionistas.

Recentemente, um outro componente de peso passou a fazer parte dessa variável, o protagonismo regional assumido pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez, interferindo na política interna dos demais países, fato que se contrapõe à busca da liderança sul-americana pretendida pelo presidente Lula e que pode colocar em risco a própria segurança regional.

O episódio mais recente ocorreu em 1º de maio de 2006, quando, inesperadamente, o presidente recém-eleito da Bolívia, Evo Morales, decretou a nacionalização das reservas de gás natural e de petróleo daquele país. Imediatamente, determinou a ocupação das instalações da Petrobrás, na Bolívia, por tropas militares, numa clara afronta ao governo brasileiro.

Tal fato se deu logo após o retorno de Evo Morales de Havana, capital de Cuba, onde o mesmo se encontrava, juntamente com Hugo Chávez e Fidel Castro, para o lançamento de uma nova aliança latino-americana, denominada de Alternativas Bolivarianas para as Américas (ALBA) (FAUSTO, 2006). De acordo com o jornal “New York Times”, o presidente boliviano teria sido orientado por seu colega venezuelano para tomar a decisão citada acima (UMA POLÍTICA..., 2006).

A nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos atingiu também a Argentina, que, assim como o Brasil, importa gás natural daquele país. O assunto, mesmo que venha a ser resolvido por meio da negociação, afetou significativamente as relações da Bolívia, membro associado, com os dois maiores países do Mercosul.

O contencioso entre a Bolívia e o Brasil não ficou apenas no que tange ao petróleo e gás natural. O governo boliviano assinalou, também, com a desapropriação das terras pertencentes a brasileiros residentes no país, dando um ultimato de quatro meses para que os mesmos deixassem a Bolívia. Na mesma ocasião, a siderúrgica brasileira EBX, que estava em fase final de instalação, na cidade boliviana de Puerto Soares, foi também ocupada pelo governo boliviano, acusada de infringir normas ambientais (EIKE..., 2006)¹⁴.

Outro fato que tem causado desgaste versa sobre a insatisfação do Paraguai e do Uruguai com os dois maiores sócios. Desde a criação do Mercosul, as principais decisões, normalmente, foram tomadas tendo por base o atendimento dos interesses brasileiros e argentinos. Esse fato, que era encarado de forma natural pelos dois grandes do bloco, acabou gerando uma certa frustração e o descontentamento dos sócios menores, que passaram a reclamar por estarem presos às decisões que não atendem a seus interesses (A CRISE..., 2006).

¹⁴ <http://folhadoamapa.com.br>

O Uruguai iniciou acertos para uma aproximação comercial com os Estados Unidos da América (EUA), por meio da realização de um tratado de livre comércio (TLC), com aquele país. O Paraguai dá sinais de que pretende seguir no mesmo caminho.

No caso do Uruguai, a situação se agravou com a reação argentina à instalação de indústrias de celulose finlandesas e espanholas, na cidade uruguaia de Fray Bentos, localizada nas proximidades do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina. Um investimento da ordem de 1,8 bilhão de dólares, o maior da história do país, que se constituirá em importante fonte de divisas e de empregos (PALÁCIOS, 2006).

A população argentina da cidade de Gualegaychu, situada próxima ao local das futuras plantas de celulose, reagiu enfaticamente, alegando que as indústrias acarretariam a poluição do rio Uruguai. A discussão subiu de tom, envolvendo o próprio presidente da Argentina, Néstor Kirchner, que convocou a população para os atos de protesto, desagradando, ainda mais, os uruguaios.

A questão foi levada à Corte Internacional de Justiça, em Haia, e ao Banco Mundial, para que se chegue a um consenso. Para alguns analistas, o apelo nacionalista argentino se assemelha ao ocorrido na Guerra das Malvinas (DESACORDOS..., 2006). A principal consequência disso é a ameaça uruguaia em sair do Mercosul, uma idéia que, cada vez mais, vai sendo assumida pela opinião pública daquele país.

As palavras do presidente Lula, no seu discurso de posse, citadas no início deste capítulo, onde o mesmo afirma seu empenho no sentido de buscar a revitalização do Mercosul, deixam claro que o mesmo não está passando por um de seus melhores momentos. Nesse sentido, buscou, durante todo o seu governo, uma maior aproximação entre os países membros, porém, não houve mudança nessa situação. Ao contrário, assiste-se ao surgimento de uma série de contenciosos.

2.5 Possíveis Desdobramentos

Segundo o professor de Relações Internacionais do COPPEAD/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Williams Gonçalves, “apesar das atuais crises, o Mercosul é um processo consolidado, cujo amadurecimento permitirá maiores avanços” (informação verbal)¹⁵. Para corroborar essa idéia, pode-se citar o Tratado de Roma, que, em 1957, criou a Comunidade Econômica Européia, antecessora da União Européia, o qual estabelecia, à época, entre outros aspectos, o compromisso de criação da moeda única, fato que, na ocasião, parecia tratar-se de um

¹⁵ Opinião emitida por ocasião de pergunta formulada pelo autor, durante uma aula do CPEM 2006.

sonho de difícil concretização e que hoje é uma realidade consolidada, com o Euro mais valorizado do que o Dólar.

A entrada da Venezuela no Mercosul assinala a possibilidade de um duplo desdobramento, com conseqüências que podem assumir rumos totalmente opostos. Para os dois sócios menores, Uruguai e Paraguai, passou a ser vista como estímulo e alento em um momento difícil, pois cria a expectativa da abertura de um excelente mercado consumidor de produtos agropecuários, base das exportações de ambos. Somado a isso, contribui para quebrar a hegemonia do Brasil e da Argentina, dando mais amplitude ao processo decisório, tendo como fator adicional o aumento das dimensões geográficas e econômicas do bloco, aspectos de peso, em futuras negociações.

Por outro lado, pode vir a se constituir em um sério problema para os demais países, ao receber como sócio um aliado dotado de um discurso altamente agressivo, em relação ao governo norte-americano, grande mercado consumidor mundial e do Mercosul, em particular.

De acordo com o deputado federal Aldo Rabelo, presidente da Câmara dos Deputados e ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDEN) (informação verbal)¹⁶, existe uma distância grande entre o discurso do presidente Hugo Chávez e a prática, uma vez que a Venezuela tem nos EUA o seu maior consumidor de petróleo, portanto lhe é dependente, razão pela qual não buscaria o rompimento comercial com aquele país.

Além de tudo isso, em razão de sua personalidade, o presidente Chávez deverá buscar o protagonismo dentro do bloco, por meio da ingerência na política interna dos demais países, algo que vem realizando de forma intensa. Essa situação já causou constrangimento no Peru, quando do seu apoio explícito ao candidato Ollanta Humala, ocasião em que ofendeu publicamente seu opositor, Alán Garcia, que acabou sendo eleito, fato que pode dificultar a aproximação política entre o Peru e o Mercosul.

Hugo Chávez possui rejeição, também, do presidente colombiano, Álvaro Uribe, recentemente reeleito e que recebe significativo apoio dos EUA, por meio do Plano Colômbia. Além disso, existe um contencioso fronteiro entre os dois países, na região do lago Maracaibo.

Outro fato que deve ser considerado trata-se da histórica rivalidade fronteira existente entre a Venezuela e a Guiana. A Venezuela reivindica o território situado a oeste daquele país, desde sua fronteira até o rio Essequibo. Uma área que corresponde a mais de metade da Guiana. Tal aspecto, naturalmente, pode contribuir para manter este país afastado do Mercosul.

A entrada da Venezuela no Mercosul, provavelmente, dará alento ao bloco desgastado. Entretanto, muitos problemas podem advir desse fato, tornando difícil a integração sul-americana,

¹⁶ Informação prestada em palestra proferida na Escola de Guerra Naval, em 29 de maio de 2006.

em razão da posição radical do presidente venezuelano, que pode tentar usar o Mercosul como instrumento para a unificação regional de seus continuados discursos contra os EUA.

3 SEGURANÇA REGIONAL

“[...] Em resumo, nos exércitos mercenários, o mais perigoso é a covardia, nos auxiliares¹⁷, a virtú¹⁸. Logo, um príncipe sábio, sempre evitará estes exércitos, valendo-se de seus próprios, e preferindo até perder com suas tropas a vencer com tropas alheias, por não considerar verdadeira a vitória alcançada com armas alheias” (MAQUIAVEL, 1993, p. 65).

3.1 Considerações Iniciais

Segurança e defesa são dois termos que vêm sendo utilizados de distintas formas para caracterizar uma situação existente. Em algumas oportunidades, conforme sejam empregados, se confundem, dando a entender se tratar do mesmo assunto. A própria Política de Defesa Nacional (PDN) afirma que “nos primórdios, a segurança era vista somente pelo ângulo da confrontação entre Estados, ou seja, da necessidade básica de defesa externa. À medida que as sociedades se desenvolveram, novas exigências foram agregadas”(2005, p. 4). Nesse sentido, o conceito de segurança foi ampliado, passando a englobar as outras expressões do poder, permanecendo a defesa externa como papel inerente às Forças Armadas, acarretando, a desvinculação dos termos. Dessa forma, define o conceito de segurança como:

“Condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização de seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos dos exercícios dos direitos e deveres constitucionais” (BRASIL, 2005, p. 5).

É importante destacar que esse conceito, como foi definido, engloba desde a segurança individual até a do Estado.

A PDN complementa essa idéia, enfatizando que segurança é a “condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que a defesa é a ação efetiva para se obter o grau de segurança desejado” (2005, p. 4).

Para a PDN, Defesa Nacional “é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (2005, p.5).

A Organização das Nações Unidas (ONU) define segurança como sendo:

¹⁷ Soldados auxiliares são aqueles que um príncipe ou uma república envia em tua ajuda, capitaneados e pagos por ele (MAQUIAVEL, 1993, p. 56).

¹⁸ O termo virtú está sendo empregado no sentido de “valores”, que não estariam sendo compartilhados por esses exércitos (nota do autor).

“Uma condição pela qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso” (BRASIL, 2005, p. 5).

Na Argentina também se diferencia o conceito de defesa nacional do conceito de segurança. De acordo com o artigo 2º, da Lei de Defesa Nacional, para os argentinos, “a defesa é a responsável por garantir de modo permanente a soberania e a independência do país, sua integridade territorial e capacidade de autodeterminação, protegendo a vida e a liberdade de seus habitantes, ante uma agressão de origem externa” (BALZA, 1993). Nesse sentido, afirmou o tenente general Martín Antônio Balza, quando Chefe do Estado-Maior Geral do Exército Argentino¹⁹: “para a obtenção de tal propósito, a Nação prepara todas as forças de que dispõe, incluindo um instrumento militar particular: suas forças armadas” (1993).

Da análise desses conceitos, pode-se concluir que a segurança é dependente, de forma acentuada, das forças de defesa e que o conceito de segurança estabelecido na PDN está coerente com o definido pela ONU, servindo de base para os aspectos relativos à segurança regional.

De acordo com o major Doval²⁰, do Exército Argentino, “se o Mercosul é parte dos bens do Estado, as forças armadas deverão garanti-lo, mediante políticas de segurança em comum”(1997, p. 11). Conceito com o qual este autor concorda, em razão de que não será possível o desenvolvimento de um mercado comum integrado se as condições de segurança não se fizerem presentes em todos os Estados membros, decorrendo daí, a necessidade de medidas efetivas que garantam a segurança regional. Nesse contexto, ganha importância a integração militar.

A dimensão da integração militar a ser atingida está diretamente relacionada aos dois modelos mais significativos de segurança regional, a segurança coletiva e a cooperativa, que a seguir serão abordados.

3.2 Segurança Coletiva

A idéia de segurança coletiva não é nova, acompanha o homem desde a sua aparição na face da Terra, tendo por fundamento o princípio de que unidos estaremos mais fortes. Desde os primórdios da história, as nações, assim como os homens, tendem a se reunir em alianças, para enfren-

¹⁹ Corresponde ao cargo de Comandante do Exército no Brasil.

²⁰ Opinião emitida em monografia sobre o Mercosul, realizada durante o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, em 1997.

tar inimigos supostamente superiores. A guisa de ilustração, pode-se citar o exemplo da Grécia antiga, onde a aliança entre Esparta e Atenas tornou possível vencer o poderoso Império Persa, 480 a.C., logo em seguida, 431 a 404 a. C., na maior das guerras do Peloponeso, Esparta, à frente de uma aliança contra Atenas, derrotou sua antiga aliada (NYE, 2003, p. 12 a 15). Como esse, inúmeros exemplos podem ser citados.

O Ministério da Defesa define como arranjos internacionais de defesa coletiva “a associação de um grupo de Estados nacionais com a finalidade de prover a defesa dos interesses comuns contra um agressor ou coalizão de agressores, podendo ser de guerra ou não guerra” (CAMPOS, 2006).

A primeira experiência das Forças Armadas brasileiras em arranjos de defesa coletiva de não-guerra, sob a égide da ONU, deu-se com o envio do “Batalhão Suez” ao Egito, de janeiro de 1957 a julho de 1967, integrando a Força de Emergência das Nações Unidas I (FENU I), organizada com a finalidade de separar forças egípcias e israelenses (CAMPOS, 2006).

Essa é uma situação em que, por iniciativa própria, a segurança deixa de ser uma preocupação individual para ser assumida por um grupo de países, que se comprometem coletivamente pela segurança de todos. Uma agressão a um, deve ser considerada uma agressão a todos. Para que isso seja possível, é necessário que os países estejam dispostos a subordinar seus interesses individuais em prol do coletivo. Nesse sentido, o sistema coletivo deve ter capacidade de defesa compatível para enfrentar as possíveis ameaças que podem ser apresentadas. Por se tratar de uma situação que impõe riscos e encargos para toda a coletividade, surge, então, a necessidade da existência de um consenso multinacional sobre a importância da segurança coletiva.

É importante destacar-se que nesta situação são aplicáveis os conceitos de segurança e defesa estabelecidos no subitem anterior, onde segurança passa a ser uma condição em que os Estados membros, suas sociedades e indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que a defesa é a ação efetiva para se obter o grau de segurança desejado.

A adoção de alianças de defesa coletiva tem sido contrariada por alguns autores. O capitão de fragata Graf, da Armada da República Argentina, afirma que “qualquer intenção de manter o *status quo* por meio da segurança coletiva está, a longo prazo, destinada ao fracasso” (GRAF, 2000, p. 124)²¹. Corrobora seu argumento em razão de que as nações não estarão dispostas a subordinar seus legítimos interesses em prol do bem comum internacional, definido no termo de defesa coletiva. A idéia de Graf se aproxima, embora tenha sido escrita 500 anos depois, do pensamento de Maquiavel, transcrito no início deste capítulo, que traduz em si um forte argumento,

²¹ Tradução do autor.

a política das desconfianças recíprocas, onde os acordos são de fachada, visando atender um interesse momentâneo, ou seja, de curto prazo.

Para se contrapor a teoria de Graf, surge a necessidade de que os indivíduos estejam motivados. Para isso, é necessário que exista uma ameaça comum de peso, um interesse vital que atinja a todos. O sentimento de que a ameaça de um não é a do outro imobiliza a possibilidade de ação conjunta. Um país não vai se empenhar pela causa do outro.

Embora exista uma infinidade de argumentos que se opõem à idéia de alianças de defesa coletiva, nos últimos anos, essa tendência tem aumentado. Na atual conjuntura do poder mundial, os EUA, embora possuindo supremacia militar absoluta e sendo capaz de enfrentar sozinho uma ameaça, se envolveu em guerras, em alianças coletivas. Nesse caso, pode-se argumentar que, no Iraque e no Afeganistão, o interesse comum e motivador para a constituição da aliança coletiva trata-se da garantia do abastecimento de petróleo para a Europa e América do Norte.

O maior exemplo de êxito de uma aliança de defesa coletiva é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que está com 57 anos de existência. Pode-se afirmar que o sucesso da OTAN está diretamente relacionado à existência de uma grande ameaça para toda a Europa, o risco de uma invasão pela extinta União Das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

3.3 Segurança Cooperativa

“A segurança cooperativa não deve ser vista como oposta aos postulados da segurança coletiva, sim como um complemento. Ambas coexistem e se manifestam em diferentes planos” (GRAF, 2000, p. 157).²²

A idéia de segurança cooperativa ganhou força, na Europa, após o final da II Guerra Mundial. Sua principal finalidade é a obtenção da paz, o que se constitui em um forte apelo, em razão de tratar-se de um argumento de aceitação universal. Na América do Sul, o assunto teve muito boa receptividade na Argentina, a partir do início da década de 90, quando o país passou buscar a aproximação com os EUA, fato que se concretizou com o status de aliado extra OTAN, recebido, em 1997. Por essa razão, é possível encontrar-se no país uma variada bibliografia a respeito.

O tenente general Balza, quando Chefe do Estado-Maior Geral do Exército Argentino, destacou a importância da segurança cooperativa. Segundo ele, os participantes reconhecem o benefício individual que deve significar seu compromisso com um mecanismo de segurança multilateral, onde a meta é a cooperação. Enfatizou, ainda, que o mesmo deve se nutrir de interesses de longo prazo, no campo da defesa (1993).

²² Tradução do autor.

Segundo o capitão de fragata Graf, da Armada da República Argentina,

“A doutrina de segurança cooperativa apresenta uma renovação e mudança de ótica em assuntos de segurança regional e sub-regional. É um princípio estratégico que persegue cumprir seus propósitos por meio do consentimento institucionalizado, em vez do emprego da coação material ou física”(2000, p. 128).²³

Ou seja, se diferencia da idéia de segurança coletiva em razão da última estar orientada a se contrapor a uma ameaça externa. Na segurança cooperativa, o enfoque passa a ser dado à relação de colaboração e não de confrontação entre os Estados.

Dentro dessa idéia, a segurança cooperativa vai orientar suas ações no sentido de impor limitações aos países, evitando que os mesmos tenham liberdade de ação para o armamento desenfreado, limitando uma possível corrida armamentista, na busca do equilíbrio do poder. O único objetivo militar nacional passa a ser a defesa do próprio território. Descarta-se, totalmente, a concepção de forças orientadas à projeção de poder, tendo por objetivo promover os interesses do Estado. Enfatiza-se a preocupação na prevenção contra a acumulação de meios de ataques massivos.

Os defensores das idéias de segurança cooperativa propõem que, a partir da mesma, o tamanho, a concentração, o desdobramento e o nível tecnológico das forças sejam claramente compartilhados pelos demais países.

Também são estabelecidas medidas consensuadas para prevenir os conflitos e a sua escalada. A base do sucesso está na obtenção e fortalecimento da confiança recíproca, da abertura e transparência das políticas de defesa e segurança. A partir do estabelecimento de uma aliança de segurança cooperativa, o uso da força somente pode ser concebido para a defesa do território, dos indivíduos e da própria aliança. Nesse sentido, a partir de uma aliança cooperativa, pode-se buscar a aliança coletiva.

Em nível mundial, as idéias de segurança cooperativa se materializam por meio de acordos firmados sobre a redução de armas estratégicas, regimes de não-proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, proibição do emprego de minas, etc.

Ao explicar as causas e teorias das Guerras do Peloponeso e a inevitabilidade do conflito, Joseph Nye aborda o que chamou de “Dilema da Segurança”, onde “a atuação independente por parte de um Estado, para aumentar a sua segurança, pode tornar todos os Estados mais inseguros. O que tornou a guerra inevitável foi o crescimento do poder de Atenas e a apreensão que isso causou em Esparta” (2003. p 16).

²³ Tradução do autor.

Segundo Nye, os Estados poderiam cooperar para evitar esse dilema, isto é, “combinar que nenhum desenvolveria as suas defesas e todos ficariam melhor”. Na prática, isso é difícil de ocorrer, pela desconfiança recíproca. Um Estado fica com receio de que o outro esteja apenas dissimulando. Essa é a lógica que tem ocorrido ao longo da história da humanidade.

Em um continente como a Europa, castigado ininterruptamente pela guerra, a idéia de segurança cooperativa passou a constituir-se numa real possibilidade de paz. Ao contrário, na América do Sul, onde, a partir do início do século XX, a ocorrência de conflitos tem sido muito reduzida, tal idéia não tem a mesma força, prevalecendo o dilema da segurança de Nye.

3.4 União da Europa Ocidental

Em nível mundial, o exemplo mais significativo de aliança de segurança regional vem da Europa, por meio da União da Europa Ocidental (UEO), uma aliança constituída por forças multinacionais, que tem por objetivo promover a cooperação, a fim de garantir a defesa e a segurança de seus membros e prestar assistência militar em casos de ataque, ou seja, proteger o Continente Europeu contra possíveis ameaças, internas e externas, que comprometam a segurança de todos os seus membros. Não deve ser confundida com a União Européia. Logicamente, com o avanço desta, provavelmente a UEO será absorvida por ela.

A UEO foi criada em 17 de março de 1948, um ano antes da OTAN, pelo tratado de Bruxelas, um acordo firmado entre Reino Unido, Bélgica, França, Luxemburgo e Holanda. Além da defesa mútua, previa a promoção da cooperação econômica, cultural e social. Em 1954, foi ampliada, por meio do Protocolo de Paris, recebendo a inclusão da Alemanha e da Itália. Portugal e Espanha aderiram em 1990. O último membro a ser incluído foi a Grécia, em 1995 (UNIÃO..., 2006)²⁴.

A aliança não teve projeção em nível mundial, devido à existência da OTAN, protagonista em temas de segurança na Europa, durante a Guerra Fria. Com o fim da União Soviética e o fortalecimento da União Européia, passou-se a questionar o futuro da OTAN, o que deu maior relevância à União da Europa Ocidental. Com a criação da União Européia (EU), em 1992, a UEO passou a constituir-se no braço armado da mesma, por meio do Eurocorpo.

O Eurocorpo foi criado em 1992, por iniciativa da França e da Alemanha. Posteriormente, recebeu adesão da Espanha, Luxemburgo e Bélgica, estando operacional, desde 1995. É subordinado diretamente à UEO. A partir de 2001, foi transformando em corpo de ação

²⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_da_Europa_Ocidental

rápida, podendo atuar em proveito da UEO e da OTAN. Atualmente, conta com um efetivo de 60.000 homens (REST, 2006, p. 60).

Em 1994, França, Espanha, Portugal e Itália compuseram uma força multinacional de operações terrestres, denominada de EUROFOR (Força Operacional Rápida Européia), e uma de operações navais, a EUROMARFOR (Força Marítima Européia), ambas subordinadas à UEO.

Cada país membro exerce a presidência da UEO por um período de seis meses. Os demais órgãos, que compõem a organização, são o Conselho de Ministros, a Assembléia Consultiva, o Secretariado, a Agência para o Controle de Armamentos, a Comissão de Defesa e os Comitês. Em 1997, foi criado o comitê militar, constituído, de forma permanente, pelos delegados dos países membros e, de forma temporária, por seus chefes de estado-maior, quando reunidos.

Uma evolução da UEO versa sobre o que se denominou de “Missões de Petersberg”. Em 1992, em reunião do Conselho de Ministros da UEO, foi decidida, pelos Estados membros, a pronta colocação à disposição da UEO de unidades militares de suas forças convencionais, para o cumprimento de missões militares, sob o comando da organização. As missões que podem ser atribuídas, além dos casos de agressão previstos nos artigos 5º dos Tratados de Washington (OTAN) e de Bruxelas (UEO), são ações humanitárias ou de evacuação de cidadãos, manutenção da paz e aquelas executadas por forças de combate, para a gestão de crises, incluindo as operações de restabelecimento da paz.²⁵

Pelo que foi possível observar da constituição, organização e missões da UEO, pode-se concluir que a mesma é um misto de aliança de segurança coletiva e cooperativa. Com 58 anos de existência, é um exemplo que deu certo e que pode servir de modelo para os demais continentes, inclusive para o Mercosul.

²⁵ http://www.europa.eu/scadplus/glossary/western_european_union_pt.htm

4 CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS

4.1 Política Externa Brasileira

O ponto de partida para uma possível integração das forças armadas, no âmbito do Mercosul ou em qualquer outro bloco regional, está na vontade política de seus governantes de que isso aconteça. Naturalmente, esse fator tende a ser construído de forma progressiva, a partir de algumas iniciativas ou fatos que lhe sirvam de estímulo. Porém, a inexistência da mesma inviabiliza qualquer possibilidade de que isso venha a ocorrer.

Ao abordar-se a orientação da política externa brasileira sobre o tema, destaca-se o discurso de posse do presidente Lula (página 6), quando ele cita que “o Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político”, enfatizando a necessidade de sua revitalização, por tratar-se da grande prioridade da política externa do seu governo. Esse fato marca o estabelecimento de um objetivo do atual governo para atingir um objetivo do Estado Brasileiro, estabelecido no Artigo 4º da Constituição Brasileira.

O Assessor Especial de Política Externa da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, em entrevista concedida à Agência Carta Maior²⁶, no dia 28 de maio de 2006, na cidade de Caracas, na Venezuela, defendeu a idéia de que o Mercosul seja mais do que uma união comercial. Para ele, “é preciso que a integração se dê no terreno político, social, econômico e cultural”(GARCIA, 2006).

Embora Marco Aurélio Garcia não tenha citado especificamente a área militar, ao proferir essas palavras, julga-se que ao abordar o “terreno político”, esse traz inserido consigo, o militar. Isso posto, pode-se afirmar que uma maior integração política no âmbito do Mercosul deve estimular, naturalmente, uma maior aproximação na área militar.

O Ministro João Luiz Pinto, responsável por assuntos de América do Sul, no Ministério das Relações Exteriores (MRE), quando inquirido sobre o tema, respondeu que, na sua opinião, “é muito cedo para uma integração efetiva das Forças Armadas do Mercosul, uma vez que a Europa levou mais de cinquenta anos para atingir essa meta” (informação verbal)²⁷. Para ele, no momento, essa integração deve se restringir a intercâmbios entre as Forças Armadas, cursos recíprocos, visitas e participação conjunta em exercícios. Por essa opinião, percebe-se que aquele Ministério é favorável a uma integração nos moldes da segurança cooperativa.

²⁶ <http://cartamaior.uol.com.br>

²⁷ Palestra proferida, em Brasília, em 26 de abril de 2006, para os Cursos de Política e Estratégia das três Forças Armadas.

4.2 Fundamentos Legais

A Constituição Brasileira, em seus Princípios Fundamentais, no Artigo 4º, que trata das relações internacionais, enfatiza a idéia de uma política externa orientada pelo respeito mútuo, solução pacífica dos conflitos e pelo pleno reconhecimento da soberania dos demais países. Destaca, também, a busca da paz e da cooperação internacional, priorizando a integração da América Latina.

Nesse sentido, o parágrafo único desse artigo define que “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”(1988, p.8).

O envio de tropas brasileiras para o exterior é definido pela Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, cuja redação do

Art. 1º é a seguinte:

A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil, como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional (CAMPOS, 2006).

A Lei Complementar 97/99, em seu capítulo V, que trata do emprego das Forças Armadas, define no

artigo 15º que a participação em operações de paz é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, ficando as mesmas subordinadas diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para esse fim (CAMPOS, 2006).

O trânsito e permanência de forças estrangeiras em território nacional está regulado no inciso XXII, do artigo 84º, da Constituição Brasileira, por meio do qual estabelece que compete privativamente ao Presidente da República permitir, nos casos previstos em lei complementar, essa situação (1988, p. 30).

O coronel Floriano Peixoto, em palestra proferida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), cita, também, como marco legal para a constituição de forças multinacionais a Carta das Nações Unidas, Artigo 52º, que “estabelece que a ONU não se opõe à

existência de arranjos regionais ou agências para lidar com matérias relacionadas à manutenção da paz e segurança internacionais”, e o

Art 53º, assim definido: “O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) deve usar esses arranjos regionais ou agências para empreender ações sob sua autoridade” (PEIXOTO, 2006).

Na mesma palestra, foi apresentada a proposta do Estado-Maior do Exército (EME) para o Glossário de Termos do Ministério da Defesa, definindo força multinacional como:

“Força constituída por elementos de dois ou mais Estados, estruturada segundo mandato específico da Organização das Nações Unidas, de organização de segurança regional ou de coalizão de Estados, específica para uma determinada situação, que tenha sua missão definida pela finalidade, espaço e período de tempo” (PEIXOTO, 2006).

Isso posto, pode-se concluir que a possibilidade de composição de forças multinacionais pelo Brasil está regulada nos diversos instrumentos legais existentes.

A seguir serão apresentadas as idéias estabelecidas na Política de Defesa Nacional, no que tange à integração regional.

4.3 Política de Defesa Nacional - PDN

A Política de Defesa Nacional é o principal documento do Governo Federal que orienta os planejamentos e ações dos órgãos e entidades da administração pública, em assuntos relativos à Defesa Nacional. Dessa forma, vai buscar-se na mesma aqueles fundamentos que estimulam ações relativas à integração militar regional.

Da análise do ambiente regional e entorno estratégico, como conseqüência da situação geopolítica do Brasil, a PDN sugere o aprofundamento do processo de integração da América do Sul, com a participação das áreas de defesa e de segurança (2005, p. 9).

Em prosseguimento, ao abordar como deve ser a atuação do Brasil na comunidade internacional, é estabelecido que o País deve participar em operações de paz, sob a égide de organismos multilaterais (2005, p. 12).

Na definição dos

Objetivos da Defesa Nacional, deixa claro que os mesmos devem estar compatíveis com os interesses regionais. Materializa essa idéia ao definir como objetivo de defesa a promoção da estabilidade regional (2005, p. 14).

Em suas orientações estratégicas, enfatiza a possibilidade, em conflito de maior extensão, da participação brasileira em arranjos de defesa coletiva, desde que autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU. Determina, também, a intensificação da participação em ações humanitárias e em missões de paz, sob a égide de organismos multilaterais (2005, p. 16 e 17).

Por fim, nas suas diretrizes, sugere a atuação para a manutenção do clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira, a intensificação do intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e África Atlântica, e o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, estimulando o desenvolvimento da base industrial de defesa (2005, p. 20 e 21).

Isso posto, é possível concluir-se que a PDN enfatiza a permanente busca da integração regional, destacando a importância atribuída às ações de defesa, para esse fim, tendo como foco o fortalecimento da paz.

4.4 Visão Externa

“Llegará el día en que los países del bloque regional fusionen sus fuerzas armadas”
(Presidente Chávez, 05/07/2006) (CHÁVEZ..., 2006)²⁸

A partir dos anos 90, a Argentina orientou a atuação de suas forças de defesa, acentuadamente, para a participação em operações da ONU, tendo como objetivo “inserir-se como membro responsável na comunidade internacional”(GRAF, 2000, p.121). Esteve presente na I Guerra do Golfo, em 1991, com duas fragatas, participando das ações de bloqueio naval contra o Iraque, e em inúmeras operações de paz.

Como resultado dessa conduta, o país passou a ter o reconhecimento de sua atuação, em nível internacional. Nesse sentido, assim definiu o coronel Nuñez²⁹, do Exército dos EUA: “Ela é também defensora de um sistema de segurança regional e reconhece que os assuntos de segurança transnacionais³⁰ requerem uma melhor cooperação dentro da América do Sul e nas Américas como uma entidade maior” (2003, p. 71).

²⁸ Chegará o dia em que os países do bloco regional farão a fusão de suas forças armadas (Tradução do Autor). Frase proferida diante dos presidentes da Argentina, Paraguai e Bolívia, durante o desfile militar comemorativo ao dia da Independência de seu país. <http://www.lanacion.com.ar>.

²⁹ Professor no Departamento de Segurança Nacional e Estratégia da Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA.

³⁰ Refere-se aqueles assuntos que extrapolam as fronteiras de um determinado país, estando ramificados por vários outros, como, por exemplo, tráfico de drogas, terrorismo e contrabando de armas, dentre outros (nota do autor).

A exemplo da Argentina, o Uruguai também é um país que tem orientado, fortemente, o emprego de suas Forças Armadas para a participação em operações de paz, fato que contribui para uma boa imagem desfrutada em âmbito internacional. Sobre o assunto, o coronel Nuñez enfatizou: “a Argentina constantemente se destaca entre os 20 a 25 países que mais contribuíram para as operações de paz da ONU. Ela está classificada em segundo lugar na América do Sul, atrás do Uruguai”(2003, p.70).

Os exemplos acima permitem concluir que a Argentina e o Uruguai têm uma postura favorável, no que tange à participação em forças multinacionais. Tal fato indica que deve ser mantida essa conduta quanto à possibilidade de integrarem uma força voltada para a segurança regional.

Quanto ao Paraguai, o mesmo não tem tido essa proeminência, porém, conforme será abordado no próximo capítulo, a previsão do envio de um pelotão de fuzileiros, integrando o próximo contingente do Batalhão de Paz Brasileiro no Haiti, sinaliza essa tendência.

Por fim, o estímulo mais contundente vem do mais novo membro efetivo do Mercosul, a Venezuela. O presidente Hugo Chávez, após o ingresso oficial de seu país no bloco, evidenciou claramente a idéia da criação de uma força multinacional dos países membros. Dentre as várias observações feitas por ele, sobre o assunto, no último aniversário da independência de seu país, destacou que “o Mercosul deveria ter, algum dia, uma organização de defesa conjunta e uma estratégia própria para proteger a soberania de seus países” (CHÁVEZ..., 2006)³¹.

Dessa forma, é possível afirmar-se que o presidente Chávez deve envidar esforços continuados e progressivos para concretizar essa idéia.

³¹ Tradução do autor.

5 PROCESSO DE INTEGRAÇÃO MILITAR

5.1 Antecedentes

A primeira experiência de integração militar vivida pelo Brasil, no âmbito da área abrangida pelo atual Mercosul, deu-se em 1852, quando tropas brasileiras lutaram juntamente com as das províncias argentinas de Entre Rios e de Corrientes. A segunda, teve lugar em 1865, na Guerra da Tríplice Aliança, maior conflito envolvendo estados nacionais, ocorrido no Continente Americano.

A partir do início do século XX, observa-se uma tendência de isolamento dos países platinos, por estarem envolvidos na solução de problemas internos. A relação Brasil – Argentina vai assumir uma postura pendular, onde passam a ocorrer “situações de convergência e divergências entre seus interesses estratégicos. A cooperação e a confrontação foram a avenida política utilizada por ambos países” (GRAF, 2000, p. 121).

Essa situação vai ter uma mudança radical, em 1982, por ocasião da Guerra das Malvinas, entre Argentina e Grã-Bretanha, oportunidade em que o Brasil adotou uma posição francamente favorável ao vizinho platino, apresentando, juntamente com o Peru, em reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), proposta que reconhecia a soberania Argentina sobre as Malvinas e condenava o ataque inglês para retomar as ilhas (DUARTE, 1986, p. 756). A partir daí, Brasil e Argentina deixaram de lado a busca da hegemonia sul- americana, passando a uma relação de aproximação, incluindo as áreas de segurança e defesa.

Nesse cenário de cooperação, passam a ocorrer várias atividades que fortalecem a confiança entre os dois países, onde podem ser destacadas as seguintes (DOVAL, 1997, p 33):

- Ata de Amizade Argentino-Brasileira, Democracia, Paz e Desenvolvimento, em 1986, que tem características estratégicas e não comerciais;

- Acordo de Cooperação Técnica e Industrial, em 1986, entre o Ministério da Defesa argentino e a Embraer, para o projeto, desenvolvimento, ensaios e fabricação de aeronaves; e

- Declaração Sobre Política Nuclear Comum, em 1990, na cidade de Foz do Iguaçu.

Em relação a Paraguai e Uruguai, esses países mantiveram sempre uma boa relação com as Forças Armadas Brasileiras, embora sofressem os naturais reflexos da busca da hegemonia entre o Brasil e a Argentina. Nessa questão, havia momentos de maior aproximação ou afastamento. Apesar disso, pode-se dizer que o Paraguai tem se mantido mais próximo do Brasil e o Uruguai, da

Argentina e isso vai se refletir no campo militar, onde o Brasil manteve, por muitos anos, uma missão militar e aeronáutica no Paraguai.

5.2 Desenvolvimento

Assinado o Tratado de Assunção, embora nenhum acordo na área militar tivesse sido estabelecido, rapidamente, passou a ocorrer uma acelerada aproximação entre as Forças Armadas, particularmente do Brasil e da Argentina.

Paralelamente, foram assinados, em 1991, o Acordo de Guadalajara, uma continuação da Declaração de Foz do Iguaçu, pelo qual foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contas e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o Compromisso de Mendoza, para proibir o emprego e a produção de armas químicas ou biológicas e ingressar na Convenção de Armas Químicas.

Em 1994, é realizado o exercício “Exércitos Amigos”, primeiro exercício de planejamento conjunto³² entre os exércitos dos países do Mercosul. Esse exercício evoluiu para os exercícios Forças Unidas, realizados em 95, 96 e 97.

Na busca da aproximação militar, teve papel preponderante a declaração conjunta dos presidentes de Brasil e Argentina, em 1996, em Buenos Aires, onde “destacaram as intensas e cooperativas relações existentes entre as Forças Armadas dos dois países e incentivaram os comandos das Forças a darem continuidade aos exercícios conjuntos”(FONSECA, 1997, p. 26). As repercussões dessa declaração foram estimulantes para dar impulso a uma série de intercâmbios que se sucederam. Na Argentina, chegou-se a cogitar a possibilidade de os dois países terem tropas sob um comando único, com a criação de um comando militar conjunto.

Em 1996, é realizado o primeiro exercício com tropas entre Argentina e Brasil, a Operação Cruzeiro do Sul, que se trata de uma operação de manutenção da paz. Esse evento deu-se em território argentino.

O ano de 1997 marca uma acentuada aproximação entre Brasil e Argentina, visando à cooperação e à coordenação de ações na área militar. Teve prosseguimento a Operação Cruzeiro do Sul, desta vez no Brasil, enfocando o emprego de um Batalhão de Infantaria Motorizado multinacional, integrado a uma força de manutenção da paz, sob mandato da ONU. O evento contou com, cerca de, 2.400 militares, sendo 500 argentinos, 1600 brasileiros e 300 uruguaios, além de observadores dos Exércitos da Bolívia e do Paraguai (BRASIL, 2006)³³.

³² Neste trabalho, o emprego do termo conjunto refere-se à situação em que houver a composição de forças militares constituídas por elementos de mais de um país, reunidas sob um comando único.

³³ <http://www.exercito.gov.br/03Brafor/operacoes/opsul-2000/index.htm>

Ainda em 1997, foi estabelecido o intercâmbio entre os Exércitos Brasileiro e Argentino, criando o cargo de oficial de ligação, na área de ensino, sendo a função exercida pelo oficial de um país na escola de estado-maior do outro.

Em 1998, novamente na Argentina, a Operação Cruzeiro do Sul reuniu efetivos dos exércitos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Tratou-se de um exercício na carta³⁴, com planejamentos de estado-maior de brigada e batalhão, abordando o emprego de uma força multinacional de manutenção da paz, sob a égide da ONU.

No mesmo ano, aconteceu um fato inédito na relação entre os dois países. No mês de abril, ocorreu um grande incêndio florestal no Estado de Roraima, com repercussões em todo o mundo. O Exército Brasileiro foi encarregado de coordenar as ações de defesa civil na área, onde estiveram presentes mais de mil bombeiros de todo o Brasil. Naquela oportunidade, por meio do entendimento direto entre os presidentes brasileiro e argentino, uma delegação de aproximadamente 200 argentinos, civis e militares, apoiados por quatro helicópteros, participou ativamente das operações de combate ao fogo. É importante destacar-se que também apoiou as atividades uma equipe da defesa civil venezuelana.

Em 1999, a Operação Cruzeiro do Sul novamente foi realizada com tropas no terreno, onde militares dos quatro países foram empregados dentro de um quadro de manutenção da paz, envolvendo um comando regional e dois batalhões multinacionais.

Em 2000, foi realizado o último exercício dessa natureza. A partir de 2001, a operação deu lugar ao primeiro exercício de guerra convencional, envolvendo uma força multinacional constituída pelos Exércitos do Brasil e da Argentina, a Operação Laço Forte, desenvolvida na *Ciudad Paraná*, Argentina.

Entre as Marinhas, a aproximação se deu, também, de forma intensa, por meio de exercícios conjuntos, como a Operação Fraternal, e atividades envolvendo as aviações navais dos dois países. Nesse sentido, de 1998 a 2003, os pilotos de caça da Aviação Naval Brasileira foram formados na Escola de Aviação Naval Argentina, na Base Naval Comandante Espora, situada na localidade de Punta Índio e, por inúmeras vezes, os pilotos argentinos realizaram o treinamento de pouso e decolagem no Navio Aeródromo São Paulo³⁵.

Um exemplo do incremento de medidas de aumento da confiança recíproca é o acordo para a manutenção das turbinas das fragatas da Marinha Brasileira nas oficinas da Armada

³⁴ Exercício militar onde é realizado o planejamento e a condução de uma operação, por um comando e estado-maior constituídos, sem a participação de tropa, tendo por área de operações um terreno representado em uma carta topográfica.

³⁵ Dados obtidos junto ao CMG, piloto naval, José **Cláudio** Cruz, aluno do CPEM, em 2006.

Argentina (GRAF, 2000, p.150). Como medida recíproca, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro realizou a reforma de um submarino argentino do tipo TR-1700 (BALANCE..., 2004)³⁶.

5.3 Situação Atual

Entre as Marinhas Brasileira, Argentina, Uruguia e Paraguai continuam a ocorrer vários intercâmbios. A modernização das turbinas das fragatas brasileiras, na Argentina, vem sendo mantida (BRASIL, 2005).

O Comitê Naval Operativo (CNO) entre as Marinhas do Brasil e da Argentina, que teve início em 2001 e reúne representantes dos Comandos de Operações Navais (CON) dos dois países, prossegue normalmente, com a previsão de realização da próxima atividade em outubro do corrente ano, em *Puerto Belgrano*, Argentina.

Conforme declarou o almirante de esquadra Júlio Soares de Moura Neto (informação verbal)³⁷, Comandante de Operações Navais, “as operações com as Marinhas amigas têm sido realizadas conforme o planejado. A redução de recursos tem acarretado apenas a diminuição dos meios empregados”.

Entre os Exércitos a situação não é diferente. Prosseguem os intercâmbios militares, porém com menor intensidade. Na área de ciência e tecnologia, está sendo realizado um avanço inédito, institutos de pesquisa do Brasil e da Argentina desenvolveram um projeto comum de viatura leve operacional, o Gaúcho, cujo protótipo foi apresentado ao presidente Lula, em 28 de março de 2006. A viatura está sendo testada em todas as condições necessárias e deve ser produzida em ambos países, para atender aos dois Exércitos³⁸ (HUMVEE..., 2006).

O Comando de Operações Terrestres (COTER) está desenvolvendo os planejamentos e coordenações necessários para a realização, no mês de setembro deste ano, da Operação Hermandad, um exercício militar conjunto entre os Exércitos Brasileiro e Argentino. A operação deve envolver a Brigada de Monte³⁹ XII, que tem sede em Posadas, e a Brigada Blindada II, localizada na Cidade de Paraná, ambas na Argentina. As grandes Unidades brasileiras, que participarão do exercício, são a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Uruguiana e a Brigada de Operações Especiais, que tem suas instalações na cidade de Goiânia.

³⁶ <http://www.nuevamayoria.com>

³⁷ Palestra realizada na EGN (NETO, 2006).

³⁸ <http://www.ejercito.mil.ar>

³⁹ Corresponde à Brigada de Selva do Brasil.

O exercício será desenvolvido num ambiente de guerra convencional, com as ações dinâmicas da defesa conduzidas por um comando conjunto. Serão realizadas, também, ações de combate de resistência⁴⁰, por uma força conjunta de Forças Especiais⁴¹.

Outro fato inédito versa sobre a participação de um pelotão de fuzileiros do Exército Paraguai, integrando o próximo contingente do Batalhão de Força de Paz brasileiro, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, MINUSTAH, sendo totalmente financiado pelo Ministério das Relações Exteriores Brasileiro (MARCOS, 2006).

Passados quinze anos desde a criação do Mercosul, na área militar, como foi possível observar, muitos avanços foram realizados, principalmente entre Brasil e Argentina, acarretando uma aproximação militar bastante intensa, particularmente entre as Marinhas e os Exércitos.

5.4 Tendências Futuras

O estabelecimento das possíveis tendências a serem seguidas, na área militar, deve começar por uma rápida análise da situação interna de cada um dos países membros. No Brasil, observa-se uma perfeita harmonia entre as Forças Armadas e os Poderes Constituídos. A atual redução orçamentária existente impõe algumas restrições ao adestramento, porém tem afetado, principalmente, o reaparelhamento das Forças. Apesar disso, de acordo com a orientação da Política Externa Brasileira, que estimula a integração regional, o País deve manter os atuais efetivos que compõem a MINUSTAH.

No Paraguai, a situação é bastante diferente. Os recentes levantes ocorridos no país, com o envolvimento das Forças Armadas, trouxeram um desgaste político acentuado para as mesmas. Somado a isso, a drástica redução de efetivos e de orçamento tem comprometido o desempenho operacional, além de acarretar o sucateamento dos meios de emprego militar.

O Uruguai vive, como os demais, uma elevada redução orçamentária. Em decorrência disso, o país mantém uma acentuada participação em operações de paz. Existem alguns problemas políticos decorrentes das ações realizadas pelos governos militares, porém, pode-se dizer que as relações entre os militares e o governo são boas.

A Argentina também apresenta significativa redução orçamentária para suas Forças Armadas. Porém, seu maior problema está relacionado com as seqüelas decorrentes dos anos de

⁴⁰ Forma de guerra interna, na qual as forças armadas de um país militarmente fraco empregam táticas de guerrilha, ou forças irregulares, para resistir e expulsar um invasor militarmente mais poderoso, contando com apoio da totalidade ou parcela ponderável da população (BRASIL, 2003, p. R12).

⁴¹ http://www.coter.eb.mil.br/todas_noticias.asp

governo militar, que não conseguem ser apagadas, ocorrendo vários incidentes graves entre o atual governo e os militares. O presidente Néstor Kirchner vem adotando medidas para restringir o poder dos comandantes militares, reduzindo-lhes a autonomia (PALÁCIOS, 2006). O país mantém uma elevada participação em operações de paz.

Isso posto, pode-se inferir que a redução orçamentária deve limitar o incremento da integração militar entre os países do Mercosul, nos próximos anos. Os intercâmbios devem prosseguir, embora com menor intensidade. Os exercícios conjuntos, com tropas, devem ser substituídos por exercícios na carta ou de postos de comando⁴². A participação em operações de paz deve ser o principal ponto de contato entre as Forças Armadas dos países do Mercosul.

A grave crise interna na Argentina pode ter seus reflexos na integração militar, porém, é pouco provável que venha a interferir na excelente relação já atingida por Brasil e Argentina, nessa área.

A integração militar com o mais novo membro efetivo do Mercosul, a Venezuela, deve ser avaliada com cautela, em razão da postura intervencionista do presidente Hugo Chávez, na política interna de outros países latino-americanos e da posição radical assumida contra os EUA. A conduta a ser adotada deve ser a de aguardar o amadurecimento da situação. Como existe um prazo relativamente grande para a efetivação plena da Venezuela no Mercosul, o incremento da integração militar com aquele país deve ser deixado para uma segunda fase, embora tudo leva a crer que essa não seja a vontade do presidente venezuelano.

⁴² Exercício militar onde são constituídos os comandos das organizações militares, que se estabelecem no terreno e interagem entre si, por meio de seus sistemas de comunicações, simulando a existência de tropas.

6 REFLEXOS PARA A SEGURANÇA REGIONAL

“A única coisa de que podemos ter certeza é que o Mundo é um lugar imprevisível” (SULLIVAM, 1994, p. 93).

6.1 Conjuntura Sul-Americana

Ao iniciar-se os trabalhos relativos aos reflexos advindos ou que podem advir da integração das Forças Armadas dos países do Mercosul para a segurança regional, faz-se necessário uma passagem pela atual conjuntura sul-americana, identificando os possíveis fatores desestabilizadores existentes e que estejam diretamente relacionados aos aspectos de segurança e defesa.

Primeiramente, julga-se importante destacar a presença, na América do Sul, do crime organizado transnacional, devido às conseqüências que o mesmo pode trazer para a estabilidade continental. Ao abordar-se o assunto, devem ser observadas as diversas nuances assumidas pelo mesmo, em razão de estar organizado em redes, participando, simultaneamente, de diversas modalidades de ilícitos.

A presença do narcotráfico é marcante no continente. A produção da coca ocorre nas regiões elevadas dos Andes, englobando, principalmente, a Colômbia, o Peru, o Equador e a Bolívia. A coca produzida nesses países é distribuída para os demais, principalmente, através do Paraguai, onde os narcotraficantes também estão envolvidas em atividades de lavagem de dinheiro, contrabando e tráfico de armas, para apoiar organizações criminosas, principalmente, no Brasil (ALREDEDOR..., 2006)⁴³.

Associada ao narcotráfico está a mais antiga guerrilha sul-americana, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que, desde a extinção de URSS, têm buscado nessa atividade o sustento para as suas ações. Existem indícios de que a organização esteja expandindo suas atividades para fora do território colombiano. De acordo com o jornal paraguaio ABC Color (MINISTRO..., 2006), existem fortes evidências da presença das FARC em território daquele país. O citado jornal tem publicado, freqüentemente, notícias a respeito do assunto, onde destaca a participação da guerrilha colombiana em atividades de organização de grupos armados e de narcotráfico no Paraguai (EXPERTOS..., 2006). Além disso, não se descarta que os guerrilheiros colombianos possam estar atuando no território dos países vizinhos, Brasil, Venezuela, Peru, Equador e Panamá, em atividades que busquem dar suporte logístico à guerrilha.

⁴³ <http://www.abc.com.py>

Persistem algumas questões fronteiriças, como a saída para mar pela Bolívia, que envolve Chile e Peru. Esse tema avultou de importância, após a vitória de Evo Morales, na Bolívia, líder nacionalista que vem reivindicando as antigas perdas territoriais do país. Nesse sentido, recentemente, contestou a perda pela Bolívia do Estado brasileiro do Acre.

Chile e Peru, que estiveram envolvidos em duas guerras, durante o século XIX, ambas vencidas pelo Chile e que acarretaram a conquista de uma vasta região, rica em minério de cobre e salitre, recentemente, tiveram um grave desentendimento pela definição do mar territorial (GARCIA, 2006).

Venezuela e Colômbia possuem um contencioso fronteiriço na região do lago Maracaibo, área rica em reservas petrolíferas. A Venezuela reivindica, também, uma parcela significativa do território da Guiana, denominada Guiana Essequiba, parte do território deste país, situada a oeste do rio Essequibo.

Outro importante aspecto é o crescimento do movimento indigenista na América Latina, que, associado ao nacionalismo populista de alguns líderes, pode acarretar desestabilizações internas ou, até mesmo, produzir conflitos entre Estados. Recentemente, tem sido observado, na Bolívia, o crescimento do movimento separatista das províncias situadas a Leste, zona mais desenvolvida do país, onde a população não está satisfeita com o protagonismo do movimento indigenista, promovido pela atual governo. O movimento indigenista não se limita à Bolívia, tem recebido apoio no Peru, Equador e, principalmente, na Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez se manifesta como um de seus principais líderes.

Sobre o assunto, escreveu o português José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Européia, “o patriotismo é o amor dos nossos; o nacionalismo é o ódio aos outros” (BARROSO, 2006). No caso, o líder boliviano escolheu o Brasil para aglutinar o nacionalismo dos bolivianos. Em 1982, o presidente Galtieri, da Argentina, escolheu a Grã-Bretanha e sabe-se muito bem qual foi o resultado desse tipo de nacionalismo.

Em relação a esse fato, a Argentina não deixa de reivindicar a posse das Ilhas Malvinas à Grã-Bretanha, na tentativa de reconquistá-las, tendo recebido o apoio explícito do presidente venezuelano, Hugo Chávez (CHÁVEZ..., 2006) ⁴⁴.

Outro fenômeno político e social que se observa no continente é o fortalecimento do sentimento antiamericano. Esse fato, aliado às ingerências do presidente venezuelano na política interna dos outros países, tem contribuído para dificultar a integração regional, por dividir a América do Sul em países que apóiam ou não o governo dos EUA. De acordo com o professor

⁴⁴ <http://www.lanacion.com.ar>

universitário argentino Jorge Lavope⁴⁵: “ao governo de Washington, não lhe fez falta mandar mísseis à região: sabendo onde tocar, conseguiu desarticular praticamente a toda a América do Sul”⁴⁶ (SEMINÁRIO, 2006, p. 3).

6.2 Ameaças Comuns

Atualmente, um novo conceito tem servido de base para o estabelecimento das políticas de segurança e defesa de diversos países – as “novas ameaças”. Ao abordar-se o assunto, deve-se ter o cuidado de observar-se a posição geográfica do analista, para não se correr o risco de adotar-se conceitos que não atendam à realidade de cada país ou região. Por exemplo, as ameaças aos Estados Unidos não são exatamente as mesmas do Brasil ou da Argentina, embora algumas sejam comuns.

A idéia de novas ameaças surgiu do afastamento das tradicionais hipóteses de agressões entre Estados, com o emprego do poder militar convencional. Para o historiador israelense Martin van Creveld (informação verbal)⁴⁷, a elevada letalidade das armas e o advento das armas nucleares conduziram à redução das forças armadas em todo o mundo. Essa situação acarretou que não houvesse conflitos entre países importantes, desde a II Guerra Mundial, por romper a relação entre a vitória e a sobrevivência.

Como consequência, observou-se a proliferação de forças não-convencionais, normalmente não-vinculadas a estados nacionais, contra as quais, o elevado poder das armas tem se mostrado inútil. As guerras entre Estados estão sendo substituídas por guerras entre Estados e organizações não-estatais, que estão ramificadas por diversos países e que aumentam a cada dia. As facilidades tecnológicas de comunicações têm contribuído para essa situação.

Isso posto, fica difícil identificar de forma clara as possíveis ameaças comuns aos países da América do Sul e, em particular, do Mercosul, fato que contribuiria para a adoção de medidas comuns de segurança e de defesa, como o que ocorreu na Europa, após a II Guerra Mundial. Essa situação não acarreta o fim das hipóteses de conflito e sim o aumento da imprevisibilidade dos mesmos.

Os conflitos entre Estados, embora menos prováveis, podem ocorrer, motivados, principalmente, por inspirações nacionalistas, associadas ao sentimento étnico, que cresce na região,

⁴⁵ Diretor do Comitê de Estudos de Assuntos Latino-americanos, do Conselho Argentino para Relações Internacionais (CARI).

⁴⁶ Tradução do autor.

⁴⁷ Palestra realizada na Escola de Guerra Naval (EGN), em 21 de junho de 2006.

particularmente nos países com graves problemas sociais e econômicos. As questões fronteiriças ou rivalidades históricas podem servir de pretexto para a adoção de posturas mais radicais.

O crime organizado poderia ser tratado apenas em nível de segurança pública, caso o mesmo não estivesse ramificado por diversos países, apresentando efeitos que ameaçam a segurança externa dos mesmos e o seu combate vai exigir ações integradas, que transcendem às forças nacionais de segurança pública, uma vez que não é possível combatê-lo em um só país. Sua vinculação com o narcotráfico, com o contrabando de armas e com a lavagem de dinheiro lhe atribui uma dimensão que afeta, pelo poder econômico adquirido, as instituições democráticas e políticas dos países. O exemplo marcante dessa situação ocorreu em maio deste ano, quando o traficante Marcos Camacho, o Marcola, do interior de um presídio no Estado de São Paulo, coordenou a rebelião generalizada de outros presídios, no próprio Estado, no Mato Grosso do Sul e no Paraná, além de conduzir ações criminosas e terroristas contra policiais e agentes penitenciários.

O terrorismo internacional não tem se mostrado como uma ameaça potencial na América do Sul, embora o continente não esteja livre dessa possibilidade. Os únicos dois atentados ocorridos tiveram lugar na Argentina. Em 1992, contra a embaixada de Israel e, em 1994, na sede da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), onde morreram mais de 100 pessoas. As investigações procedidas pelo governo argentino indicaram que a origem dos atentados estava na região da tríplice fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina, embora nunca se chegou a uma conclusão definitiva. O governo dos EUA insiste na hipótese de que realmente existam ramificações das organizações terroristas islâmicas naquela região (DÁVILA, 2006).

Para os países que possuem fronteira com a Colômbia, uma grande preocupação vem da possibilidade das FARC ingressarem em seus territórios, principalmente se pressionadas por ações do governo colombiano, com o apoio norte-americano.

Como ameaça externa ao continente, visualiza-se o risco de uma intervenção internacional, motivada pela cobiça por recursos naturais aqui existentes em abundância e que começam a rarear no restante do mundo, como a água doce, o petróleo e outros minerais. Para encobrir essa motivação, os países desenvolvidos acusam, constantemente, os países da região de cometerem graves danos ambientais, que afetam o clima mundial.

É com preocupação que se observa o aumento da presença de militares norte-americanos na América do Sul. Possuem tropas na Colômbia, auxiliando no combate ao narcotráfico, e em vários outros países. É marcante sua presença no Paraguai, onde, entre 29 de março e 06 de abril do corrente, realizaram a operação MEDRETE⁴⁸, na qual proporcionaram

⁴⁸ Operação destinada à realização de ações do tipo cívico-social, para conquistar o apoio da população.

atendimentos médicos, odontológicos e veterinários em vários distritos do departamento de Concepción, situado na zona centro-norte do país (ORGANIZACIÓN..., 2006)⁴⁹.

6.3 Possíveis Áreas de Atuação

O primeiro exemplo para a atuação de forças multinacionais do Mercosul versa sobre a participação em operações de forças de paz, uma experiência largamente vivida pelos países do bloco, embora isso ainda não tenha sido feito de forma conjunta. Atualmente, a MINUSTAH, comandada pelo Brasil e que tem a participação de tropas do Uruguai e da Argentina e, brevemente, terá do Paraguai, é uma demonstração clara dessa situação. Além disso, o adestramento conjunto já foi testado, por inúmeras vezes, nas Operações Cruzeiro do Sul e deve ter continuidade, em exercícios futuros.

Outra possibilidade de atuação versa sobre a proteção ao meio ambiente ou em caso de desastres naturais. Trata-se de uma área com grande possibilidade de emprego, haja vista as dimensões territoriais da América do Sul e os inúmeros problemas ambientais que têm ocorrido. Como exemplo de emprego já realizado, cita-se a Operação Roraima, em 1998, onde argentinos e venezuelanos atuaram enquadrados em uma brigada do Exército Brasileiro, para debelar um grande incêndio florestal na Amazônia, conforme comentado anteriormente.

O combate ao crime organizado deve receber atenção especial das Forças Armadas dos países do Mercosul, em razão das dimensões que o mesmo está assumindo e os riscos decorrentes para a segurança regional. Dessa forma, deve haver uma perfeita integração entre as Forças Armadas e as Polícias Federais, ou outras forças congêneres, nas áreas de inteligência e operativa, no sentido de realizar-se operações de grande envergadura para uma completa desarticulação das organizações que atuam na região. Os militares, para isso destinados, devem ser os integrantes de forças de comandos e de operações especiais e as operações devem ser realizadas simultaneamente, em todos os países, com a atuação, à semelhança do crime organizado, de forma transnacional. Essas atividades também serviriam de base para a prevenção e o combate ao terrorismo, em razão de que as ações desencadeadas pelo crime organizado em São Paulo, contra policiais, se assemelham ao que é praticado no Iraque, contra as tropas de ocupação norte-americanas.

No que tange ao combate ao crime organizado, o recente decreto que regulamenta a Lei de Defesa Nacional Argentina (ARGENTINA, 2006) rechaça a realização desse tipo de ação pelas Forças Armadas daquele país, indicando que devem ser exercidas por outras Agências do Estado, preparadas e organizadas para esse fim. Tal fato não se constitui em aspecto impeditivo para os

⁴⁹ <http://www.abc.com.py>

demais países, uma vez que o trabalho conjunto, nessa área, pode ser realizado com a Gendarmeria Nacional Argentina ou Prefeitura Naval.

Outro segmento da área de defesa, para a atuação em conjunto, é a produção de material bélico. A grande dificuldade para o desenvolvimento de projetos e de material de emprego militar está nos elevados custos de produção e no reduzido mercado consumidor. A possibilidade de unificação nessa área poderia contribuir para a solução desse problema. A União Européia já está adotando essa medida.

Por fim, é importante destacar-se que as idéias apresentadas acima estão relacionadas à cooperação entre as forças militares. Naturalmente, com o amadurecimento político do Mercosul, podem passar a ocorrer gestões no sentido do estabelecimento de arranjos de defesa coletiva.

6.4 Reflexos

Os reflexos para a segurança regional, decorrentes da criação do Mercosul, já são plenamente visíveis. Os dois maiores países da América do Sul e detentores de acentuada rivalidade pela hegemonia regional, Brasil e Argentina, vivem, hoje, uma boa integração na área militar. Os antagonismos de outros tempos deram lugar a uma relação de total distensão.

O exemplo de Brasil e Argentina na área militar está se projetando para o Paraguai e Uruguai, eliminando desconfianças e estimulando a aproximação. Esse aspecto ficou claramente evidenciado no episódio das papeleiras⁵⁰, entre Uruguai e Argentina, onde, em momento algum, apesar da intensa mobilização em ambos países, se cogitou a possibilidade de que o conflito ultrapassasse a esfera das negociações diplomáticas.

O estabelecimento de compromissos recíprocos, em um processo de integração regional, gera limitações, reduzindo a liberdade de ação unilateral e estimulando a busca de uma solução de consenso ou “pacífica para as controvérsias”, conforme preconiza a Política de Defesa Nacional (2005, p. 15). Dessa forma, sem interferir na política interna do Paraguai, Brasil e Argentina tiveram papel relevante nas últimas crises ocorridas no país vizinho, tendo como principais reflexos a preservação da democracia, da paz interna e regional. Nesse sentido, o autor julga que, caso a Bolívia fosse membro efetivo do Mercosul, é pouco provável que houvesse adotado a ofensiva ocupação das instalações da Petrobrás, por tropas militares.

Os vários intercâmbios que vêm ocorrendo entre organizações e militares das Forças Armadas dos países do Mercosul têm contribuído para o conhecimento mútuo, acarretando o aumento da confiança recíproca, desarmando ânimos e atitudes belicistas. Essa situação acaba por

⁵⁰ Nome atribuído no Uruguai e Argentina para as indústrias de celulose.

evitar os riscos decorrentes da busca do equilíbrio do poder, principal gerador de corridas armamentistas e de insegurança regional.

Uma das características dos Estados modernos é o monopólio do uso da força para garantir a paz e preservar a segurança de seus integrantes. Quando a solução do problema de segurança transcende as fronteiras nacionais, deve-se pensar na hipótese de que esse monopólio também possa ultrapassá-las, desde que previamente consentido, para evitar os riscos indesejáveis da ingerência nos problemas internos dos outros países. A adoção de ações nesse sentido contribuiria para a segurança de todos.

O Mercosul deve adotar posturas solidárias e comuns, quando surgirem problemas que afetem a mais de um, evitando excessivos desgastes desintegradores. Por exemplo, pode-se citar a adoção de uma postura comum para se evitar a presença de tropas norte-americanas, interferindo na política interna dos países do bloco. Nesse caso, ao citar-se uma postura comum, está visualizando-se a adoção de medidas práticas e responsáveis, como resposta aos questionamentos realizados pelos EUA, como o que ocorre no caso da Tríplice Fronteira. Para essa situação, os países do bloco devem adotar os procedimentos necessários para verificar e solucionar o problema, caso realmente ele exista, não permitindo alegações de conivência ou de descaso, que sirvam de pretexto para possíveis ingerências.

Atitudes desse tipo servem, também, para questões relativas ao meio ambiente, tráfico de drogas e de armas, dentre outras. Uma resposta regional para um problema regional, sem que haja a necessidade de ajuda externa para a sua solução.

Situação similar poderia ter ocorrido em relação à Bolívia, quando esta adotou uma medida unilateral que atingiu, simultaneamente, o Brasil e a Argentina, tendo seus reflexos no Paraguai e no Uruguai.

A integração militar vivida no âmbito do Mercosul pode servir de exemplo a outros países do continente, substituindo a rivalidade pela cooperação, abrindo caminho para a solução pacífica dos impasses. Certamente, viria a contribuir para solucionar o caso da saída ao mar pela Bolívia, para as controvérsias entre a Venezuela e a Guiana e entre o Chile e o Peru, dentre outras.

7 CONCLUSÃO

O Mercosul é o resultado de uma aproximação bem-sucedida entre o Brasil e a Argentina, que começou a ser desenhada no final do século XIX, logo após a Guerra da Tríplice Aliança. Decorridos quinze anos de sua criação, pode-se dizer que é um processo consolidado e que evoluiu significativamente. A integração entre os países da Bacia do Prata contribuiu de forma eficaz para a redução dos antagonismos existentes e para eliminar as desconfianças recíprocas, dando a segurança necessária ao desenvolvimento econômico, amenizando a permanente disputa pela hegemonia regional, levada por Brasil e Argentina.

Na área militar, a integração das Forças Armadas é uma meta que vem sendo progressivamente alcançada, com ênfase nos segmentos de ensino e adestramento. As medidas adotadas estão ocorrendo em nível do que foi denominado de segurança cooperativa. Nesse sentido, as ações empreendidas atenderam, em boas condições, a essa etapa, porém, ainda existe muito espaço a ser ocupado.

A Política Externa Brasileira, tendo como principal mentor o Presidente da República, enfatiza a integração regional e do Mercosul em particular, o que pode servir como ponto de partida para uma maior aproximação na área militar. Da análise da legislação brasileira, conclui-se que não existem limitações para o incremento da integração militar. Ao contrário, a Constituição Brasileira e a Política de Defesa Nacional constituem-se em estímulos à uma maior integração nessa área. Tal situação deve encontrar uma boa receptividade nos demais países do Mercosul, habituados que estão em participar em atividades dessa natureza, principalmente em operações de paz.

A integração das Forças Armadas deve passar, também, pela indústria de defesa, incluindo o desenvolvimento de projetos e equipamentos comuns, visando à independência tecnológica e à ampliação dos mercados.

A existência de uma ameaça externa comum de vulto é a condição básica para o estabelecimento de um acordo de segurança coletiva, algo, atualmente, não-visualizado no âmbito do Mercosul. Apesar disso, na medida em que a cooperação ganhar intensidade, o próximo passo pode ser a adoção de um acordo nesse sentido, a exemplo da União da Europa Ocidental.

Quanto às possíveis ameaças a serem enfrentadas, julga-se que a atual conjuntura mundial cria uma grande imprevisibilidade, razão pela qual fica difícil estabelecer-se algo efetivo. Porém, o crescimento do crime organizado, na região, deve ser fator de elevada preocupação, em razão das dimensões que vem atingindo, aproximando-se muito do modo de agir das organizações terroristas internacionais. Somado a isso, a possibilidade de internacionalização das FARC e a sua

articulação com o crime organizado é um sério risco para a segurança regional, devendo receber especial atenção das forças de defesa.

Por outro lado, identifica-se a oportunidade de emprego, de forma conjunta, das Forças Armadas dos países do Mercosul realizando missões de paz na América Latina, algo que já se deu em algumas oportunidades, em atividades de adestramento, e que seria de grande impacto político.

O Mercosul recebeu recentemente um novo membro efetivo, a Venezuela. Esse fato deve contribuir para a ampliação das atividades econômicas. No que tange à integração militar, o presidente venezuelano deve estimular um maior incremento nessa área, envidando esforços, inclusive, no sentido da criação de uma força de defesa regional.

Concretizado esse fato, cabe ao Brasil, como maior potência do Mercosul e da América do Sul, exercer efetivamente sua liderança no bloco, para assegurar a paz na região, desestimulando a adoção de posturas belicistas, de qualquer natureza, pelos demais membros.

É prematuro estabelecer-se as tendências que essa mudança pode trazer para a segurança regional, todavia fica uma certeza – a aproximação é sempre mais benéfica do que o isolamento e o unilateralismo nas relações internacionais.

A União da Europa Ocidental constitui-se em um exemplo concreto de que a integração militar pode contribuir para a integração em outras expressões do poder. A existência da referida aliança deve ser considerada como o ponto de partida para a criação da União Européia. A integração militar no Mercosul pode vir a ser, de forma similar, o caminho para o seu fortalecimento, contribuindo para a integração de toda a América do Sul. Por essa razão deve ser enfatizada. A integração econômica, fortalecida pela integração militar, terá como resultado uma integração regional sólida e duradoura, tendo como fundamento principal a confiança recíproca, trazendo reflexos altamente positivos para a segurança regional.

REFERÊNCIAS

1. A CRISE exposta do Mercosul. O Estado de São Paulo. São Paulo, 22 maio 2006. Notas e Informações, p.A3.
2. ARGENTINA. Decreto n.º 727,2006. Reglamentación de la Ley Nr 23.554. Principios Básicos. Competencia del Consejo de Defensa Nacional. Atribuciones del Ministerio de Defensa. Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas. Fuerzas Armadas. Disposiciones Complementarias. **Registro del Ministerio de Defensa**, Buenos Aires, 12 jun. 2006.
3. ALREDEDOR de 6.000 kilos de cocaína transitan anualmente por territorio de Paraguay. **Jornal ABC Color**. Assunção, 28 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.abc.com.py>>. Acesso em: 28 jun. 2006.
4. BALANCE Militar de América del Sur. **Documento: síntesis del libro**, 16 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.nuevamayoria.com>>. Acesso em: 13 mar. 2006.
5. BALZA, Martín. La seguridad regional. **Jornal La Nación**. Buenos Aires, 17 ago. 1993. Disponível em: <<http://www.ser2000.org.ar/articulos-revista-ser/revista-4/balza4.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2006.
6. BARROSO, José Manuel Durão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jun. 2006. Dinheiro, p. 19. Entrevista concedida ao jornal.
7. BATISTA, Paulo Nogueira. Ampliação do Mercosul. **Folha de São Paulo**, 08 jun.2006. Dinheiro, p. 1.
8. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais Nr 1/92 a 48/2005 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão Nr 1 a 6/94. – Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
9. _____. Escola Superior de Guerra. **Manual básico**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <https://www.esg.br/CAEXT/manual.pdf> >. Acesso em: 25 out. 2006.
10. _____. Estado-Maior do Exército. Manual de campanha C 20 – 1. **Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**, 3. ed, 2003. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br>>. Acesso em: 07 maio 2006.
11. _____. Exército Brasileiro. Operação Cruzeiro do Sul. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/03Brafor/operacoes/opsul-2000/index.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2006.
12. _____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Programa de intercâmbios com outras marinhas para 2006**. Portaria Nr 219/EMA, Brasília, nov. 2005.
13. _____. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005.

14. _____. Ministério das Relações Exteriores. **Política externa**. Mercosul e integração regional. Mercosul e presidência pro tempore brasileira - Mercosul: dimensão política. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2006.
15. _____. Ministério das Relações Exteriores. **Política externa**. Mercosul e integração regional. Texto básico sobre o Mercosul desde a sua criação. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/mercosul/texto.asp>. Acesso em: 03 jul. 2006.
16. _____. Presidente. **Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Congresso Nacional, Brasília, DF, 01 jan. 2003. Disponível em: <http://www.sfec.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.htm>. Acesso em: 14 jul. 2006.
17. BUZAN, Barry. **People, states and fear**: an agenda for international security studies in the post-cold war era. 2. ed. Boulder, CO: L. Rienner, 1991.
18. CAMPOS, Antônio Rafael Siqueira. **Operações multinacionais**: visão do Ministério da Defesa (MD) - Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais - Departamento de Política e Estratégia. Rio de Janeiro: [S.n.], 2006. Palestra proferida, durante o VI Ciclo de Estudos Estratégicos, realizado na ECEME, em 06 jun 2006.
19. CANTANHÊDE, Eliane. Chávez Mostra a que veio no Mercosul. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 05 jul. 2006. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 05 jul. 2006.
20. CASTRO, Therezinha de; FIGUEIREDO, Sérgio Domingues de. **Mercosul**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1996.
21. CARVALHO, José Murilo de. A Honra Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 mai. 2006. Opinião.
22. CHÁVEZ propuso crear un ejército del Mercosur. Disponível em: <<http://www.lanacion.com>>. Acesso em: 06 jul. 2006.
23. COSTA, Darc. **Estratégia nacional**: A cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 2006. (Apostila escolar).
24. CREVELD, Martin Van. **As transformações da guerra**. Rio: [S.n.], 2006. Palestra realizada na EGN, em 21 de junho de 2006.
25. DÁVILA, Sérgio. Câmara dos EUA mira Tríplice Fronteira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2006, p. A10.
26. DESACORDO amplo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 maio 2006. Opinião.
27. DESANTIS, Daniela. **Paraguai quer Mercosul justo para se abrir ao mundo**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna>>. Acesso em: 29 mai. 06
28. DOVAL, Eduardo Luis. **Reflexos dos processos de integração regional (MERCOSUL) no Âmbito Militar**. Rio de Janeiro: ECEME, 1997.

29. DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1986, 2v. Coleção General Benício.
30. EIKE Batista não cumpre licenciamento e sai expulso da Bolívia. **Folha do Amapá**. Macapá, 28 abr. 2006. Disponível em: <<http://folhadoamapá.com.br>>. Acesso em: 05 jul. 2006.
31. ESPÍRITO SANTO, Gabriel Augusto do. Reformulação da estratégia e perspectivas futuras da OTAN. Lisboa: **Boletim do Instituto de Altos Estudo Militares**, n. 33, fev 1995. p. 38-48.
32. EXPERTOS de Colômbia monitorarán la presencia de FARC en Paraguay. **Jornal ABC Color**. Assunção, 08 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.abc.com.py>>. Acesso em: 08 jun. 2006.
33. FALTA de água doce pode causar danos ambientais, publicado na coluna “Ambiente”. Disponível em: <<http://www.terra.com.br>>. Acesso em: 21 mar. de 2006.
34. FAUSTO, Boris. A fragmentação da América Latina. **Folha de São Paulo**, 08 mai.2006. Opinião, p. A3.
35. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2. ed, 1986.
36. FLORES, Mario César. Segurança e Defesa no Século 21. **Panorama da Conjuntura Internacional**, São Paulo, n. 18, p. 1 – 3, jul./set. 2003.
37. FONSECA, Wellington. **A segurança externa no Cone Sul, reflexos da implantação do Mercosul, na organização, articulação, preparo e doutrina da força terrestre**. Rio de Janeiro:CPEAEX,1997. 46f.
38. FRAGA, Rosendo. **Un antecedente del Mercosur en 1882**: Nueva Mayoria, Investigaciones, Historia, 07/07/2000. Disponível em: <<http://www.nuevamayoria.com>>. Acesso em: 13 mar. 2006.
39. GARCIA, Marco Aurélio. A política externa brasileira, em 28 de maio de 2006. Entrevista concedida. **Agência Carta Maior**. Disponível em: <<http://cartamaior.uol.com.br>>. Acesso em: 02 jun. 2006.
40. GRAF, Julio Alberto. La seguridad cooperativa en el Mercosur. **Revista da Escola Superior de Guerra Naval**, Buenos Aires, p. 118 – 165, jul. 2000.
41. GONÇALVES, Williams. **A nova política externa brasileira e os velhos adversários**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2006. (Apostila escolar).
42. HUMVEE Gaúcho. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jun. 2006. Caderno Automóveis.
43. KERN, Soeren. **Cuales son los intereses de Estados Unidos en Latinoamérica?**. Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 2006. (Apostila escolar).
44. MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**; Tradução Maria Júlia Goldwasser, São Paulo, Martins Fontes, 1993.

45. MARCOS, Renato. **Operações multinacionais**: visão do Comando de Operações Terrestres (COTer). Rio de Janeiro: [S.n.],2006. Palestra proferida, durante o VI Ciclo de Estudos Estratégicos, realizado na ECEME, em 08 Jun 2006.
46. MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil geopolítica e destino**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1979.
44. _____. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. (Coleção General Benício).
48. _____. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. (Coleção General Benício).
49. MINISTRO de Colombia advierte sobre la incidencia del narcotráfico en Paraguay. **Jornal ABC Color**. Assunção, 28 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.abc.com.py>>. Acesso em: 10 jun. 2006.
50. NETO, Julio Soares de Moura. **O Comando de Operações Navais**. Rio de Janeiro: [S.n.],2006. Palestra realizada na EGN, em 12 jun. 2006.
51. NUÑEZ, Joseph R. Uma arquitetura de segurança para as Américas no Século XXI: cooperação multilateral, paz democrática e poderio flexível. **Military Review**, Fort Leavenworth, KS, 3. Trim 2003.
52. NYE, Joseph S; NYE, Joseph S Jr. **Understanding International Conflicts**: un introduction to theory of history. 4. ed., [Cambridge (MA)], Harvard University, 2003.
53. OLIVEIRA, Eliane. **Hugo Chávez inclui a Venezuela no Mercosul**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/jornal/economia>>. Acesso em: 25 maio 2006.
54. ORGANIZACIÓN campesina rechaza labor de Medrete en Concepción. **Jornal ABC Color**. Assunção, 05 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.abc.com.py>>. Acesso em: 05 abr. 2006.
55. ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **A OTAN no Século XXI**. Bruxelas: Divisão Diplomática Pública da OTAN, 2004.
56. _____. **A transformação da OTAN**. Bruxelas: Divisão Diplomática Pública da OTAN, 2004.
57. PALÁCIOS, Ariel. Kirchner reduz o poder dos militares. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2006.
58. _____. Um ‘eco-escracho’ em Buenos Aires contra as fábricas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 maio 2006. p. B11.
59. PEIXOTO, Floriano. **Operações Multinacionais**: visão do Estado-Maior do Exército (EME). Rio de Janeiro: [S.n.], 2006. Palestra proferida, durante o VI Ciclo de Estudos Estratégicos, realizado na ECEME, em 06 Jun 2006.

60. PINTO, João Luiz. **O Brasil e os países da América do Sul**. Brasília: [S.n.], 2006. Palestra proferida para os Cursos de Política e Estratégia das três Forças Armadas, em 26 de abril de 2006.
61. REST, Yannick. A defesa Européia: situação político-militar e perspectivas. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, p. 43 – 62, jun. 2006.
62. SEMINÁRIO, Francisco. Las Grietas Abiertas de América Latina. **Jornal La Nación**. Buenos Aires, 14 maio 2006. Disponível em <<http://www.lanacion.com>>, política regional. Acesso em: 14 maio 2006.
63. SULLIVAM, Gordon R. A modernização do Exército dos EUA. **Military Review**, Fort Leavenworth, KS, p. 82 – 94, 1. trim, 1994.
64. UMA POLÍTICA de boa vizinhança? **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 jun. 2006. Opinião, p.7.
65. UNIÃO da Europa Ocidental. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/União_da_Europa_Ocidental>. Acesso em: 16 jun. 2006.
66. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/todas_noticias.asp>. Acesso em: 07 maio 2006.
67. Disponível em: <http://www.europa.eu/scadplus/glossary/western_european_union_pt.htm>. Acesso em: 16 jun. 2006.
68. Disponível em: <<http://www.ejercito.mil.ar>>. Acesso em: 17 jun. 2006.
69. Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/UEO/Ficha.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2006.
70. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. de 2006.
71. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/mercosul.xls>. Acesso em: 03 jul. 2006.